



Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero

ITABORAÍ, N. R. Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): Uma perspectiva de classe e gênero. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro*

O livro *Mudanças nas Famílias Brasileiras (1976-2012): Uma Perspectiva de Classe e Gênero* da autora Nathalie Reis Itaboraí publicado recentemente em 2017, foi originalmente apresentado como tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Trata-se de uma pesquisa de fôlego com domínio e articulação de diversos autores e autoras de perspectivas distintas da literatura nacional e internacional, não foi por menos que recebeu da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), o prêmio alocado às melhores teses acadêmicas no concurso do ano de 2016.

O objetivo da obra consiste em analisar o quanto as mudanças na condição feminina dentro das famílias se disseminaram entre as classes no Brasil integrando à Sociologia da Família e as questões da estratificação de gênero e classe. O período escolhido para realizar a análise foi de 1976 a 2012, caracterizado por profundas transformações no mundo do trabalho (principalmente no que diz respeito ao crescimento do trabalho feminino e seu assalariamento) e por avanços nas leis e políticas que tratam dos direitos da família e das mulheres.

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). *Correspondência:* Rua: Cardeal Dom Sebastião Leme, n. 180, Apt: 106 – Santa Teresa – Rio de Janeiro-RJ. Cep: 20240-013. *Email:* <jsk.ribeiroz@gmail.com>.

Partindo do campo da estratificação social de classe e gênero, Nathalie Reis Itaboraí examina o alcance das mulheres em relação aos homens na família e na sociedade. Para tal finalidade recolhe dados estatísticos, históricos e sociológicos que vêm favorecendo o desenvolvimento da sociologia da família. As informações foram coletadas através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE). Dessa forma, o que a autora analisa são os arranjos familiares delimitados por domicílios, inclusive há uma justificativa pela falta das uniões homoafetivas na pesquisa, que não foram incluídas devido a indisponibilidade de tais dados. Um ponto bastante interessante a ser evidenciado é que este é o “primeiro estudo quantitativo sistemático das diferenças por classe no comportamento familiar sob diversas dimensões e por um longo período (p. 423)”.

Dividido em três partes com o total de nove capítulos, todos os títulos de abertura mostram claramente o comprometimento da autora com uma perspectiva reconhecidamente feminista, sua análise sobre a família pauta-se como o principal lócus de subordinação das mulheres. Através da literatura e da crítica feminista, Nathalie mostra sob diferentes dimensões da vida social as mudanças na condição feminina no Brasil, inclusive trazendo um aspecto inovador pouco mencionado em outros estudos que são as questões do impacto do trabalho doméstico e de cuidado não pago nas desigualdades de gênero e entre as mulheres, considerando a inserção na estrutura de classes, e uma comparação sistemática entre grupos sociais ao longo tempo.

A perspectiva de classe e gênero, dimensões importantes da estratificação social colaboram no entendimento das desigualdades e relações de poder entre homens e mulheres na vida familiar das diferentes classes no Brasil. Outra dimensão importante na análise é a compreensão das dinâmicas de mudança social. Historicamente, o comportamento das classes inferiores foi muitas vezes estigmatizado, porém com o passar dos anos tais comportamentos ganharam novos significados e se difundiram para as classes mais altas. O diagnóstico da pesquisa vai apontar que nem sempre a mudança social vai se processar de uma classe superior para uma inferior, pelo contrário propagam-se de diversas formas e em ritmos variados. Entre os exemplos citados estão a difusão das famílias monoparentais, a instabilidade matrimonial, os processos de ter menos filhos e que estes frequentam a escola por mais tempo, que eram comportamentos tidos como de uma determinada classe e atualmente se disseminaram para todas.

Um destaque importante é que nos últimos 36 anos com as mudanças que atingiram famílias ricas e pobres, não alterou o fato de que há uma forte resistência dos homens a realizar atividades tradicionalmente femininas e não remuneradas no ambiente familiar, o que está diretamente relacionado com o fato de que o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado com as crianças continuam sendo atividades culturalmente desvalorizadas.

Tais atividades continuam sendo atribuídas às mulheres, o que acaba impactando diretamente nas oportunidades de trabalho. Por outro lado, há um significativo aumento de mulheres em profissões historicamente consideradas masculinas.

O que consiste como alvo de crítica da autora é que mesmo com a crescente escolarização feminina e o consequente desenvolvimento de um mercado de trabalho para as mulheres, ainda permanece o padrão da Divisão Sexual do Trabalho, que promove uma separação e hierarquização entre trabalho produtivo/homens e trabalho reprodutivo/mulheres. Continuamos ouvindo um discurso ideológico que sustenta a ideia de desvalorização da participação das mulheres no mercado de trabalho. O livro ainda destaca que a divisão do trabalho doméstico e do cuidado se constitui como um problema mundial, mas as desigualdades brasileiras estão entre as mais acentuadas.

Outro alvo de crítica na análise o fato de que mesmo com parte das mudanças na condição das mulheres também reforçou as desigualdades entre as próprias mulheres, principalmente no que diz respeito à participação no mercado de trabalho e às diferenças salariais entre mulheres brancas e mulheres negras. Já entre as mulheres em geral em comparação às mães, a maternidade altera as oportunidades de trabalho, tendo em vista que muitas mulheres deixam de trabalhar para assumir o papel de cuidadora. Responsabilidades que são apoiadas e reforçadas por políticas públicas e principalmente pelos programas de transferência de renda.

Alvos de inúmeras críticas devido as suas implicações para o reforço dos papéis tradicionalmente femininos, os Programas de Transferência de Renda (PTR) no Brasil ainda que sejam reconhecidos pela Cepal¹ como contribuintes da autonomia econômica das mulheres, possuem limites como o caráter emergencial e assistencialista. O Programa Bolsa Família (PBF), reconhecido como o maior programa social já desenvolvido no Brasil, possui 93% de seus beneficiários mulheres com baixa escolaridade, o que dificulta suas chances de inserção profissional. Os PTR não desestimulam o trabalho, porém também não ampliam as possibilidades de uma inserção no mercado de trabalho.

As mudanças na condição feminina nas três últimas décadas apresentam limites ao avaliar o trabalho feminino não remunerado exercido na esfera privada e a consequente falta de autonomia econômica que tornam as mulheres dependentes de outras pessoas, principalmente do marido. Outro limite diz respeito à naturalização da violência que nas famílias se constitui como um dispositivo de dominação e controle dos homens sob o corpo, o tempo e a liberdade das mulheres. Processos que exigem repensar o enraizamento da violência no imaginário social e nas práticas cotidianas, as dinâmicas das relações de classe e gênero, como também reconsiderar um

.....
¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

maior investimento nas políticas do cuidado, de trabalho e seguridade social, o que exige uma maior atenção dos que estão no planejamento de políticas públicas, para que as mudanças configurem uma “revolução” nas desigualdades.

A pesquisa também apresenta elementos importantes nas mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres, como o crescimento do acesso a contracepção, declínio da fecundidade e o crescimento da maternidade na adolescência a partir da década de 1990 como uma consequência do aumento da liberdade sexual. Outra informação importante é no que diz respeito à diversificação dos arranjos familiares, observa-se o crescimento da conjugalidade sem filhos e da matrifocalidade, mudanças proporcionadas pela redução da fecundidade e o aumento de separações e recasamentos.

Cabe ressaltar que o conceito de estratificação social, para compreensão da complexidade que rege a construção das categorias apontadas pela autora possui algumas limitações. Centrada na perspectiva weberiana de estratificação social para compreensão e análise das relações sociais não se pode compreender as categorias como interligadas, consubstanciadas e coextensivas na constituição do objeto de estudo, mas justapostas, confirmando uma hierarquia que repercute na ausência da ligação dialética entre as mesmas. A que se considere, por exemplo, que Weber traz o conceito de estratificação para explicar a categoria classe, sendo a mesma desconectada de relações estruturais que constituem o modo de produção capitalista, podendo ser reduzidas a renda, a relações de poder e/ou posição que se ocupa na sociedade.

O que se predispõe como importante, na sinalização da categoria estratificação social, está na conformação de que as categorias evidenciadas, como a classe social, não podem ser compreendidas isoladamente e/ou justaposta, mas desenhadas e redesenhadas levando em questão a dimensão estrutural e conjuntural que constitui a particularidade da contradição entre capital e trabalho e assim, do desenvolvimento das forças produtivas e das instituições sociais que se apresentam na superestrutura da sociedade, de forma dialética.

Contudo, em que pese as limitações da estratificação social, salienta-se que a articulação e a forma como foi conduzida a análise é extremamente relevante. A publicação do livro *Mudanças nas Famílias Brasileiras (1976-2012): Uma Perspectiva de Classe e Gênero* é recente, mas já pode ser considerada uma referência bibliográfica atualizada para os/as interessados/as nos estudos da Família e reprodução das desigualdades de classe e gênero no Brasil. Embasado em uma perspectiva feminista ressalta em toda a leitura a importância da desnaturalização das formas de relações sociais que instituem o feminino e o masculino em uma escala de valores hierarquizada.

Apresenta elementos importantes nas mudanças das famílias brasileiras, para pensar e também deslocar o olhar do/a leitor/a para além do

senso comum e das generalizações, principalmente na atual conjuntura na qual sob os impactos da crise econômica, política e social, acompanhamos o avanço do conservadorismo em distintos aspectos, resultando em profundas violações de direitos humanos, intensificação da barbárie e retrocessos de direitos de trabalhadores e trabalhadoras em escala nacional e global.

Referências

ITABORAÍ, N. R. *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

DOI:10.12957/rep.2018.39441



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.